

Bixiga como “Estado de Espírito”: da exclusão (in)visível à memória sociocultural

***Bixiga as a “State of Mind”:
from (in)visible exclusion to
socio-cultural memory***

Sara Fraústo Belém de Oliveira

*Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.
s.belem.arq@gmail.com*

Resumo

Este ensaio textual e fotográfico pretende dar luz às relações (in)visíveis existentes no Bexiga - bairro histórico da cidade de São Paulo, Brasil -, capazes de o tornar um lugar especial, seja por meio da sua abertura para a cidade ou pela apropriação local, por parte dos seus moradores. Com efeito, além da abordagem de conceitos como patrimônio cultural, serão mencionadas as dinâmicas sociais, urbanas e políticas, articuladas às premissas visíveis e invisíveis da gentrificação e desenvolvimento estratégico, responsáveis pela exclusão (in)visível que caracteriza o bairro desde a sua materialização. A cargo da fotografia ficará a ilustração das relações dialógicas visíveis ou, muitas vezes, despercebidas que mostram a heterogeneidade social do local, bem como a memória cultural do mesmo.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Bexiga. Gentrificação. (In)visível. Memória.

Abstract

This textual and photographic essay intends to light to the (in) visible relations that exists in Bexiga - an historical district of the city of São Paulo, Brazil -, able to make it a special place, either through its opening to the city or through local appropriation by its residents. In addition to approaching concepts such as cultural heritage, social, urban and political dynamics will be mentioned, articulated to the visible and invisible premises of gentrification and strategic development, responsible for the (in) visible exclusion that characterizes the neighborhood since its materialization. In charge of the photograph will be the illustration of the dialogical relations visible or, often, unnoticed that show the social heterogeneity of the place, as well as the cultural memory of the same one.

Keywords: Cultural Heritage. Bexiga. Gentrification. (In)visible. Memory.

DA EXCLUSÃO (IN)VISÍVEL À MEMÓRIA SOCIOCULTURAL: PATRIMÔNIO CULTURAL E AS DINÂMICAS GLOBAIS E LOCAIS

*Quem nunca viu o samba amanhecer, vai no Bixiga pra ver.
"Tradição". Geraldo Filme (1928 – 1995)*

“O Bixiga é um estado de espírito”. Frase que está espalhada pelas ruas do bairro, graças a uma das várias intervenções feitas com lambes, sinalizando a vivacidade do lugar. Não existe uma delimitação oficial para o que corresponderia ao bairro do Bexiga. Inclusive, a primeira tensão invisível – aos olhos dos leigos ou não residentes, quando nos referimos a esse território – é a sua nomenclatura. Nos registros oficiais, a palavra é escrita com (e). Já no que tange à história oral, escreve-se com (i). É um bairro com “nome próprio”.

Dessa forma, o sentimento de pertencimento a um lugar faz como que as fronteiras deste se tornem subjetivas, de acordo com o interlocutor, suas vivências e nível de apropriação do bairro, quer este resida lá ou não. Ser bixiguento por morar ou simplesmente de coração.

A questão do (in)visível permeia as mais amplas relações dialógicas, verbais ou não, materializando-se em ações ou significados concretos. Essa mesma dinâmica pode ser transportada para materialização urbana e sua apropriação pelos diversos atores. Assim sendo, consegue-se identificar a lógica imposta pelo mercado imobiliário, as diretrizes de desenvolvimento social, espacial, econômico e ambiental – preconizadas pelo Estado por meio de políticas públicas – e as lógicas dos cidadãos, residentes ou não, quando estabelecem as interações com lugar, além, claro, dos movimentos de resistência.

O Bexiga é um território com amplas e intensas dinâmicas de (i)migração, sem que exista propriamente uma cultura homogênea ou identidade coletiva, a não ser o sentimento de pertença a um bairro que integra várias simbologias e referências culturais. Bairros como este – sem uma delimitação oficial rígida ou administração homogênea – apresentam as suas fronteiras, inúmeras vezes, demarcadas pela relação com outros territórios ou com a cidade em si.

Contudo, é preciso ter cuidado ao se pesquisar sobre referências culturais. Para os moradores – estes que apresentam concepções tão distintas sobre o que seria um lugar –, alguns elementos que temos como certo representarem marcos identitários não têm a mesma importância na dinâmica urbana interna dos mesmos.

José Clerton de Oliveira Martins (2015), no seu artigo para o *“Cadernos do Patrimônio Cultural”*, denominado *“Patrimônio Cultural: Sujeito, Memória e Sentido para o lugar”*, refere que:

Apenas o que o espaço físico proporciona por si não é o suficiente para a condição de lugar especial. Tal qualificativo é atribuído por quem percebe, se apropriou e dota de um significado afetivo o lugar. Nesse momento, a partir do afeto investido, o espaço comum se transforma em lugar especial. Portanto, o que dota o lugar desse sentido especial é o conjunto de significados, os símbolos que os sujeitos que o vivenciam e dele se apropriam em sua elaboração subjetiva imprimem no espaço a condição de “lugar especial e único”. (Martins, 2015, 49)

A materialização do bairro ocorreu de forma excludente. Diversos projetos urbanos fizeram uma espécie de “tangente” ao Bexiga, mas não levaram em

conta o seu desenvolvimento social, urbano e econômico. Este era visto como um território carregado de imagens simbólicas de pobreza, degradação e marginalidade.

Contudo, aspectos culturais permaneceram e ainda estão atrelados de forma arraigada ao bairro, seja por meio dos teatros, das cantinas, das casas do norte e nordeste ou do samba, este último representado pela Vai-Vai (reduto da gênese do bairro, cuja origem foi negra e só, posteriormente, europeia, em especial, italiana).

São amplos os exemplos das peculiaridades que fazem o Bexiga especial, desde as suas celebrações aos alimentos, à maneira como o homem se relaciona entre si e em sociedade, bem como com o transcendental, a natureza e a história oral. “Na realidade, o que torna o lugar atraente é muito mais do que a cultura, é mesmo sua gente, o jeito que esse povo encontrou de estar e ser em seu espaço, vivendo sua realidade, da forma singular como podem.” (Martins, 2015, 50)

Assim sendo, fruto dessas relações visíveis entre os diversos agentes que formam o bairro do Bexiga, embora não exista uma clara coesão social dada a sua heterogeneidade, há a produção de um patrimônio cultural de grande riqueza. Devido a dinâmicas globais de valorização econômica para fins turísticos, este deverá ser preservado e apropriado pela população residente:

O conceito de Patrimônio Cultural, então, envolve o feito humano atrelado a um contexto, uma vez que todo o espaço ocupado pelo homem está demarcado e oferece testemunho de sua ação em busca de sua sobrevivência e bem-estar. Assim, o espaço natural está impresso pelo resultado desta ação humana, o que nos leva a inferir que tudo que representa esta impressão, seja no âmbito material ou simbólico (imaterial), representa uma interferência humana que significa cultura, que, por sua vez, é Patrimônio Cultural. (...)

Assim, o Patrimônio é reflexo da sociedade que o produz, sendo necessário esclarecer que este nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o Patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos, ou culturais que, por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes. Cabe, desta forma, deixar claro que apenas representam Patrimônio

Cultural local, quando tais construções são assumidas/assimiladas pela coletividade de forma autônoma. (Martins, 2015, 53)

É de suma importância que se considere a expressão (ou as expressões) local, levando em conta a dinâmica cultural presente nos grupos e coletivos como um importante elemento formador da paisagem e possível articulador de ações que visem melhorar a compreensão do lugar e estimulem a qualidade de vida dos residentes.

Com efeito, o mesmo autor adverte para a necessidade da participação democrática da população no processo:

No processo de preservação do patrimônio humano, ou Cultural, em geral, observamos uma ausência de participação popular. Desse processo de excluir a população do que é seu advém uma série de outros desconhecimentos. O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade. (Martins, 2015, 54)

Sem isso, fenômenos como aquele ocorrido na Vila Itororó – onde 37 casas foram desapropriadas para que o espaço se converta em um polo cultural, relevando, de forma evidente, a estratégia política de desvincular-se da demanda por moradia, em nome de uma preposição cultural – transformam-se em processos convencionais do desenvolvimento urbano globalizado. Assim sendo, cabe a pergunta: para quem se destina esse consumo cultural?

Em termos de conceituação teórica, Milton Santos (1996) refere que cada lugar é objeto de uma dialética global e local: “Os eventos são todos filhos do mundo, seus intérpretes atentos, suas manifestações particulares” (Santos, 1996, 339). A velocidade e movimentação características dos dias atuais fazem como que a unidade do global produza a diversidade local. Todavia, por vezes, tem-se como produto a segregação socioespacial na forma de gentrificação, seja por meio da moradia ou por meio da cultura.

Como tal, a gentrificação caracteriza-se por ser um processo de elitização e segregação social, dentro do tecido urbano, envolvendo diretamente o mercado habitacional. O estrato social menos abastado é substituído por

uma classe média e média-alta. Todo este panorama encontra-se inserido num contexto político e econômico caracterizado como neoliberalismo, cujo cerne reside nos mercados livres e competitivos.

As cidades tornam-se produtos mercadológicos, geridas por meio de investimentos e parcerias público-privadas (PPP), enquadradas em um contexto social denominado de pós-moderno. Os interesses individuais, aliados a imposições globais de padrões de comportamento e consumo, recorrem à cultura, ao turismo e ao comércio como forma de uniformização ideológica e expulsão de camadas sociais menos favorecidas – aquelas mais excluídas dos meios de produção capitalista –, que não têm os artifícios necessários para se inserirem nesse contexto social, econômico e político.

De maneira a caracterizar, sucintamente, a área objeto de estudo, é possível referir que o Bexiga está localizado em uma região central e histórica da cidade de São Paulo, cuja apropriação do espaço público e consideráveis manifestações culturais revelam um histórico de ocupação do seu território por diferentes composições sociais: desde negros, passando por contingentes de imigrantes italianos, até a uma ocupação mais recente por parte de migrantes advindos do norte/nordeste do Brasil e de haitianos.

No território em análise, o sistema viário, como instrumento público de fragmentação da malha urbana, está diretamente articulado ao fato da gestão municipal ter legitimado inúmeras ações higienistas e segregadoras, materializadas de forma espacial. Estas levaram à desapropriação de várias habitações, estabelecimentos comerciais, patrimônio histórico e ambiental, em nome de um projeto assente no automóvel – ideologia preconizada no panorama global –, não respeitando o contexto sociocultural já existente. Como resultado do que foi exposto, nos dias de hoje, os conflitos entre os diversos atores responsáveis pela estruturação urbana, sejam eles poder público, sociedade civil ou investidores privados, são intensos e sem previsão de fim.

Em termos históricos, a partir do início do século XX, o sistema viário começou a ser o principal elemento estruturador das dinâmicas intraurbanas paulistanas,

tendo funcionado como base não apenas para o transporte terrestre, inicialmente privado – só mais tarde é que o transporte coletivo foi considerado primordial –, mas também para a expansão urbana (Gonçalves, 2016).

Tal fato acabou por gerar acréscimos e fraturas na malha territorial, transformações do uso do solo, valorização recorrendo-se à especulação imobiliária e uma produção de espaço gentrificável.

Conforme menciona Gonçalves (2016), na sua dissertação de mestrado intitulada *Intervenções contemporâneas no Bexiga: fissuras urbanas e insurgências*, o sistema radiocêntrico publicado no “Estudo para um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo” (1930), do engenheiro-urbanista Francisco Prestes Maia, foi a primeira proposta a estabelecer diretrizes viárias para a capital paulistana, cujo alcance se estendeu até às intervenções ocorridas ao longo do século XX.

Contrastando com as intervenções pontuais anteriores, cujo cerne residia no embelezamento e saneamento da cidade ao final do século XIX, o Plano de Avenidas propunha uma visão ampla de São Paulo, por meio de um sistema de radiais e perimetrais para descongestionar o centro e de descentralização do comércio, de acordo com modelos estrangeiros, reforçando e priorizando o transporte sobre pneus (Gonçalves, 2016).

Já no caso das radiais, o projeto respeitou uma estrutura preexistente, isto é, o fluxo centro-periferia formado pela Avenida Anhangabaú (atual Nove de Julho), Avenida Itororó (atual 23 de Maio), Avenida Tiradentes, Avenida São João, Avenida Central do Brasil, Avenida Rangel Pestana, Avenida do Estado, Avenida Liberdade, Avenida Major Diogo, Avenida Consolação e Avenida Rio Branco (Gonçalves, 2016).

Além das premissas mencionadas, foram definidos quatro anéis perimetrais: o Perímetro de Irradiação, contornando a área central para descongestioná-la; os *Boulevards* exteriores, colocados no leito das vias férreas *São Paulo Railway* e Sorocabana, transpostas para a margem do Rio Tietê; os Circuitos

Parciais Secundários; e, por fim, os *Parkways*, ao redor da área urbanizada e alocados às margens dos rios Tietê e Pinheiros (Gonçalves, 2016).

No Bexiga, as principais intervenções viárias, estruturantes do solo, e as especulações projetuais começaram, com maior ímpeto, na década de 70: caso do Elevado Costa e Silva (desde 2016 com o nome de Elevado Presidente João Goulart), Lei de Uso e Ocupação do Solo (1972) e o Concurso do Parque da Grota (1974).

As “cirurgias” urbanas viárias, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970, tinham diretrizes impactantes e de magnitude metropolitana, sendo estruturadas sem a preocupação com o entorno imediato – tanto em termos de patrimônio edificado quanto em relação ao tecido social já existente –, o que revela um grau de comprometimento com a “modernização” dos meios de transportes e a verticalização da cidade antiga (Gonçalves, 2016).

Como tal, é possível constatar que a Bela Vista, distrito onde grande parte do que corresponde o bairro em estudo está inserido, foi alvo de estigma por parte da autoridade municipal. Isso fez com que, desde a década de 30, diversos projetos só tangenciassem a área, sendo esta considerada decadente, por parte da elite social.

Um exemplo a respeito do que foi mencionado é rebatido na Avenida Nove de Julho. Expansão de um fundo de vale e preocupação antiga do órgão público, as primeiras desapropriações para a sua construção foram efetuadas durante a administração de Pires do Rio (1926–1930). Seguindo a mesma lógica de intervenção viária – como as aberturas de avenidas de fundos de vale, caso do Saracura –, inúmeros bairros elitistas foram sendo construídos com base na ascensão do modelo rodoviário das primeiras décadas do século XX (Gonçalves, 2016).

Marco Virgílio da Silva (2014) *apud* Gonçalves (2016) menciona que a Avenida Nove de Julho gentrificou um espaço bastante importante para a memória das comunidades negras nos arredores do centro de São Paulo.

Usado por muito tempo enquanto quilombo urbano, com todas as suas nuances culturais, o local viu instalar-se a comunidade negra antes da chegada da imigração italiana. No entanto, a primeira foi sendo gradualmente expulsa, restando muito pouco do que seria a sua memória à exceção da escola de samba da Vai-Vai, cuja formação coincidiu com a abertura da Avenida Nove de Julho.

Um dado a referir-se é o fato histórico de que os conflitos entre negros e italianos, no Bexiga, eram intensos e, algumas vezes, acabavam de forma trágica. Nos dias de hoje, o preconceito também é visível, mas desta vez em relação às recentes levas migratórias advindas da África e do Haiti.

Recentemente, devido ao projeto de expansão da linha do transporte metropolitano de São Paulo, houve a tentativa de remover a Vai-Vai de local, conformando outro exemplo de gentrificação por meio da mobilidade urbana, da privatização de bens coletivos (água) e da expulsão de uma população tida como indesejável. A própria Avenida 23 de Maio se sobrepôs, na década de 60, ao córrego Itororó, ocultando-o da paisagem urbana.

Os espaços residuais resultantes de intervenções desconexas, como os baixos dos viadutos, exigem atenção, por parte da administração pública, para que não venham a servir como ferramenta gentrificadora. Um exemplo disso é o recente edital com vista à exploração comercial, por parte de empresas privadas, do baixo do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, utilizado atualmente como estacionamento e mercado. Este já teve vários projetos de requalificação, inclusive da própria *Associação Teat(r) Oficina Uzyrna Uzona*, em 2005, a qual apresenta a sua sede margeando a Radial Leste.

Uma constatação importante a se referir, que recai sobre a justificativa do perímetro escolhido, é o fato do distrito onde está inserido o Bexiga, isto é, a Bela Vista, apresentar indícios claros de estar a passar por processos de gentrificação, tendo em conta os lançamentos imobiliários da Rua Paim. Já para não falar da área correspondente ao centro expandido paulistano, haja vista a intenção do governo estadual de promover o Programa Casa Paulista

(2012), visando parcerias público-privadas que representam mecanismos de uma maior ação do setor privado sobre as diretrizes do espaço urbano.

O novo Plano Diretor Estratégico (2014) paulistano prevê uma transformação dinâmica da área do Bexiga, recorrendo a projetos de mobilidade e a propostas de adensamento urbano. Contudo, tais projetos deverão levar em conta as preexistências tombadas – edifícios e visão de conjunto –, além do tecido social e de um desenvolvimento comunitário sustentável.

Faz-se necessário que ocorra uma materialização da cidade capaz de encabeçar um projeto com uma visão global e não com base em intervenções pontuais, mitigando as possíveis fragilidades que originam o fenômeno da gentrificação.

Um paradoxo pertinente de ser comentado é o fato do patrimônio ser visto como um entrave para o progresso capitalista, quando, na verdade, faria mais sentido este servir de base para um crescimento urbano de inclusão (Somekh, 2011).

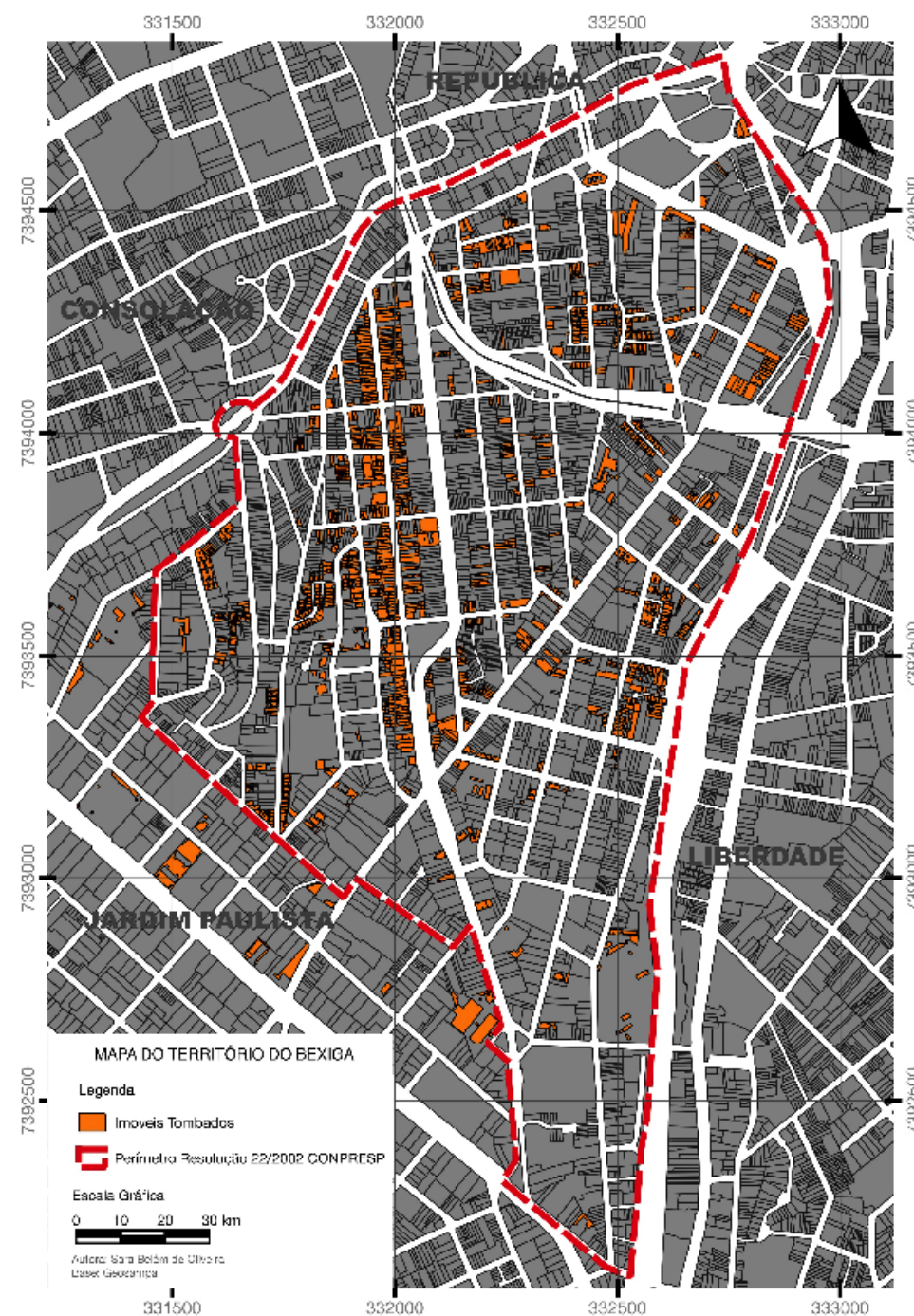


Figura 01. Mapa ilustrativo do perímetro territorial do Bexiga, tendo por base a resolução de tombamento 22/2002 do CONPRESP (assinalado na cor vermelha e linha tracejada).¹ Fonte: Autora, com adaptação das bases do Geosampa, 2017.

¹ A cor laranja estão representados os imóveis tombados. Embora não exista um limite oficial do que seria o bairro do Bexiga, por questões de metodologia de abordagem às relações (in)visíveis sobre o patrimônio, escolheu-se trabalhar com a resolução do CONPRESP 22/2002.

Somekh (2011, 161) refere que o “processo de urbanização de São Paulo produziu um modelo urbano sem urbanidade”.

Em termos gerais, o que caracteriza um projeto urbano promotor de progresso local está articulado às esferas econômicas, sociais, administrativas, políticas e ambientais.

A evolução do quadro produtivo local, por meio da geração de emprego e renda no cerne das comunidades, o considerável acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais e a capacidade de gestão compartilhada entre diversos agentes, buscando a inclusão de diferentes setores populares em um quadro de crescimento e evolução econômica, visam tirar proveito das especificidades e potencialidades de cada região, sempre partindo dos interesses da população local (Somekh, 2011).

A conclusão inapropriada é a defesa de projetos urbanos pontuais em detrimento de um total de ações que englobem um plano para a cidade como um todo. Com efeito, qual o projeto urbano viável e possível de almejar para o Bexiga?

O binômio demolição/construção, apontado por Somekh (2011), originou uma verticalização sem projeto urbano, isto é, não levou em conta a cidade de forma holística, o que gerou a destruição de importantes obras patrimoniais históricas paulistanas.

Conforme menciona Harvey (1992), as transformações recentes da indústria e a reestruturação produtiva, articuladas aos preceitos capitalistas, trouxeram para as áreas urbanas uma pauta recheada de velhas e novas questões. Esta reestruturação esvaziou áreas bem equipadas, em termos de infraestrutura, promovendo uma expansão urbana não planejada e predadora dos recursos naturais.

Quando analisamos questões urbanísticas e os seus desdobramentos em problemáticas efetivadas pelos diversos atores, o conflito de poder é o cerne

e condicionante de inúmeras articulações materializadas em políticas públicas ou intervenções projetuais.

Este nada mais é do que o controle ou acesso a recursos (terra, trabalho, capital e conhecimento). Foucault (1985) *apud* Hustedde (2009) argumenta que onde há poder, seja em diferentes graus e de forma sempre reversível, existe resistência, traduzindo-se em ações contestatórias, isto é, distúrbio do *status quo* vigente, organizado por um grupo de pessoas com interesses comuns.

Seguindo a mesma ideia e com o intuito de rebater, de forma espacial no tecido urbano, o conflito mencionado, os baixos de viaduto do Bexiga são um ponto de confluência de várias questões urbanísticas que impactam a área como um todo.

Em termos de legislação incidente, o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Sé identifica o espaço envoltório do Viaduto Júlio de Mesquita Filho da seguinte forma: com potencial de uso enquanto espaço público, referindo como diretriz de reurbanização a ampliação de espaços para pedestres; local de incentivo à preservação dos edifícios do seu entorno, especialmente os que se encontram em Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC); além de um espaço para gestão compartilhada dos proprietários de estabelecimentos no local e dos próprios moradores do bairro.

Contudo, a Subprefeitura da Sé publicou no dia 29 de dezembro de 2015 uma licitação de ocupação onerosa voltada para os baixos do mencionado viaduto, área esta de cerca de 11 mil m².

O edital referia que as empresas interessadas na exploração comercial da área deveriam enviar os seus projetos até à data limite de 31 de março de 2016, o que por si só já revela um curtíssimo período para análise da preexistência social e histórica, bem como para a elaboração de um plano econômico e projeto urbano.

Estavam aptas a concorrer firmas de grande porte ou um consórcio de até 05 empresas, com um orçamento inicial de 12 milhões para 10 anos de

execução do projeto, renováveis por outros 10 anos, tendo o setor privado livre autonomia decisória sobre o espaço durante todo este período (Zoé e Andreolli, 2015).

Como não foram criados parâmetros de regulamentação do tipo de projeto, é preciso perguntar-se para quem se destina uma intervenção assim – numa área histórica já tão fissurada –, e qual o seu ônus, com o intuito de mitigar processos inerentes à segregação socioespacial, muitas vezes articulada às premissas de requalificação do território e verticalização urbana.

Um projeto sustentável, em termos de desenvolvimento local, seria uma parceria público-privada que tivesse uma visão ampla do potencial do Bexiga, capaz de promover transformações consistentes e enquadradas com a cidade de uma forma holística (Zoé e Andreolli, 2015).

Contudo, faz-se necessária a participação dos moradores, comerciantes e minorias comunitárias no planejamento e execução projetual, além, claro, da preservação da área tombada e do seu espaço envoltório. A mínima intervenção nos baixos deverá ser pensada numa escala urbanística que considere o componente temporal de longo prazo (Zoé e Andreolli, 2015).

Por não ter ocorrido a realização do edital com consulta à população local e devido à audiência pública ter sido marcada em uma data bastante perto da entrega dos projetos, foi aberto um inquérito junto ao Ministério Público Federal, referindo que o mesmo representa um ato danoso ao patrimônio estético, histórico, artístico e turístico do Bexiga (Zoé e Andreolli, 2015).

Para tal, embasou-se no fato de que a lei 13.775/2004 versa que as áreas alocadas nos baixos dos viadutos e pontes do município, não utilizadas pelo órgão público, serão outorgadas, de forma prioritária e mediante permissão de uso, a entidades de caráter social, filantrópico ou assistencial sem fins lucrativos, além de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que estas apliquem a totalidade de sua renda em atividades institucionais (Zoé e Andreolli, 2015).

Conforme colocam os autores, ao se propor a concessão da área de baixo do viaduto à exploração comercial por parte do setor privado, ao invés de permitir que o uso do local seja feito pela sociedade civil que já lá atua, verifica-se a realização de um planejamento urbano empresarial, que em nada inclui o desenvolvimento comunitário na sua agenda global.

Ao seguir-se para o registro fotográfico do ensaio, segundo Merleau-Ponty (1945/1994) *apud* Nóbrega (2008), a experiência perceptiva é uma experiência corporal. Baseado no livro *O Visível e o Invisível* (1964/1992), a autora refere que:

Relacionado ao corpo em movimento, a percepção remete às incertezas, ao indeterminado, delineando assim o processo de comunicação entre o dado e o evocado. A fé perceptiva é uma adesão ao mundo, à realidade tal como a vemos. (Nóbrega, 2008, 142)

Como tal, a fotografia permite refletir, de alguma maneira, a organização social:

Com efeito, a fotografia é o primeiro objeto pós-industrial: o valor se transferiu do objeto para a informação. Pós-industrial é precisamente isso: desejar informação e não mais objetos. Não mais possuir e distribuir propriedades (capitalismo ou socialismo). Trata-se de dispor de informações (sociedade informática). Não mais um par de sapato, mais um móvel, porém, mais uma viagem, mais uma escola. Eis a meta. Transformações de valores, tornada palpável pela fotografia. (Flusser, 2011, 70 *apud* Bezerra, 2016, 40)

Em suma, as próximas imagens pretendem ilustrar que apesar da existência de uma dinâmica e tensão entre as forças da administração pública, mercado imobiliário e de resistência social tão crucial – a articulação entre o visível e o (in)visível que configuram o bairro –, a preservação cultural e da memória comunitária deve ser de grande importância e levada em conta nas políticas públicas:

Sobre os dados apresentados, Carneiro (*apud* MARTINS, 2006, 20) pondera sobre as consequências do descuido com o Patrimônio Cultural e com a memória que este resguarda. O autor, a partir da referência ao texto de Freud, a saber, *Mal-estar na Civilização* aponta que o sofrimento a que o homem se submete possui origens em três pontos fundamentais, que são: o corpo, o mundo exterior e as relações com os outros homens. Nesta possibilidade, considera que se articulam cultura material, destruição de um bem do Patrimônio Cultural e as

consequências decorrentes do sofrimento do sujeito que se viu destituído de algo seu.

Assim sendo, qualquer perda de elementos suportes da identidade afeta os vínculos com os pertencimentos, e acarretam marcas cruciais, às vezes insuperáveis, repercutindo em consequências desastrosas. Há questões muito sérias sobre o que pode acarretar a perda de um monumento histórico, ou qualquer elemento de vinculação do sujeito a seu pertencimento, seja uma árvore, um prédio, qualquer componente da cenografia natural, material ou simbólica.” (Martins, 2015, 56-57)

DA ESCRITA À IMAGEM: REGISTRO DE UM “BIXIGA”



Figura 02 e 03. Uma das formas de manifestação cultural é a música. Na primeira imagem tem-se um cartaz de divulgação a respeito de apresentações musicais no bairro e já à direita observamos uma intervenção no baixo do Viaduto Júlio de Mesquita Filho. Fonte: Autora, 2017.



Figura 04, 05 e 06. As três imagens pretendem mostrar o espaço correspondente à Vila Itororó.² Fonte: Autora, 2017.



² O local, no momento, encontra-se em processo de restauração e conversão em polo cultural. Já na década de 70, o quadro construído apresentava sinais de deterioração e uso enquanto cortiço. A fotografia acima à esquerda mostra a piscina privada, mas de uso coletivo, que existia no local, fruto do córrego Itororó. Revela também como a cidade foi estabelecendo relações de invisibilidade, ao longo do tempo, com os seus recursos hídricos. A imagem à direita corresponde a uma das edificações da Vila. A escada que dava acesso à porta branca foi demolida com um trator, por parte da segurança pública, no momento da desapropriação do imóvel, devido à resistência social por parte dos moradores.



Figura 07,08 e 09. As seguintes figuras revelam a resistência da herança afro-brasileira do bairro do Bexiga.³ Fonte: Autora, 2017.

³ Seja por meio da escola de samba Vai-Vai ou pelas religiões de matriz africana.



Figura 10. PipaSP é um projeto de “praia” pública instalado em um estacionamento do bairro.⁴ Fonte: Autora, 2017.



Figura 11. Intervenção do grupo Ilú Obá de Min.⁵ Fonte: Autora, 2017.

⁴ Localizado na Rua Dr. Alfredo Ellis, além de chuveiros, cadeiras de praia e boias, também existem quiosques que vendem comidas e bebidas.



Figura 12 e 13. Escadaria que dá acesso à Praça Dom Orione.⁶ Fonte: Autora, 2017.

⁵ O grupo composto exclusivamente por mulheres fez a intervenção na escadaria da Praça Dom Orione, no evento Treze na Treze, visando ressaltar o quanto a Lei Áurea, comemorada a cada 13 de maio, não representa os movimentos negros nacionais, de uma forma geral, e nem é motivo de celebração, uma vez que após a abolição não foram criadas as condições adequadas de inserção da população negra na sociedade brasileira.

⁶ Praça tradicional do Bexiga e bastante conhecida pela feira de antiguidades que ocorre aos domingos. A frase escrita na parede do local, à altura desta publicação, já não existe mais, conforme é possível constatar na figura 11, o que mostra a vivacidade daquele espaço público. A sua efemeridade.



Figura 14 e 15. Veículo escolar que funciona como biblioteca e imagem de um dos inúmeros brechós/antiquários existentes no Bexiga.⁷ Fonte: Autora, 2017.

⁷ A primeira imagem corresponde ao veículo escolar que funciona como biblioteca e que está localizado na Rui Barbosa, em frente ao recém inaugurado bar de refugiados sírios e palestinos, Al Janiah. Já na segunda imagem é possível observar-se um dos inúmeros brechós/antiquários existentes no Bexiga e que atraem tanto moradores quanto entusiastas de outras partes da cidade.



Figura 16, 17 e 18. A Paróquia Nossa Senhora Achiropita e o patrimônio tombado do bairro.⁸ Fonte: Autora, 2017.

⁸ A imagem à direita representa a Paróquia Nossa Senhora Achiropita, cujo nome remete à imigração italiana, tão característica do bairro. As restantes fotografias pretendem ilustrar de que forma as relações (in)visíveis com o patrimônio tombado processam-se. Se por um lado temos um imóvel em completo estado de abandono - situações semelhantes também ocorrem em outros locais do Bexiga, muitas vezes de forma proposital, com o intuito de que o quadro construído acabe por ruir, tornando possível a sua venda ao mercado imobiliário -, por outro observamos um exemplo de como o patrimônio pode ser preservado e integrado ao ambiente urbano contemporâneo. No entanto, é importante salientar que ações de educação patrimonial e de mitigação da especulação imobiliária se fazem urgentes. Não basta tomba. É preciso que a administração pública esteja mais presente nas ações de conservação e de apoio ao proprietário e/ou morador de um edifício histórico.



Figura 19 e 20. Terreno adjacente ao Oficina, pertencente ao grupo Sílvia Santos, e imagem do teatro propriamente dito, projetado em 1991 pelos arquitetos Lina Bo Bardi e Edson Elito.⁹ Fonte: Autora, 2017.

REFERÊNCIAS

⁹ No local adjacente ao teatro existia uma sinagoga e diversas outras edificações históricas que foram demolidas de forma inesperada. Nos dias de hoje, existe uma polêmica a respeito do espaço, pois há um desejo, por parte do grupo Sílvia Santos, de verticalizar a área com torres de consideráveis dimensões, o que impactará de forma significativa a paisagem do Bexiga. Tanto a edificação quanto a Associação Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona, liderada por José Celso Martinez Corrêa, são tombados. A pergunta que cabe é a seguinte: até quando a cultura será relegada ao esquecimento e o capitalismo predatório verticalizará o nosso patrimônio?

BEZERRA, Natália. *Um Homem Com Uma Câmera*: crônica contada por meio de registros de dispositivos móveis realizados na cidade de Fortaleza-CE. 2016. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). *De volta à cidade*: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

CALDANA, Valter. CAMPAGNER, Larissa (Org.). *Projetos Urbanos em São Paulo*: oportunidades, experiências e instrumentos. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.

GONÇALVES, Camila Teixeira. *Intervenções contemporâneas no Bexiga*: fissuras urbanas e insurgências. 2016. 439 f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HUSTEDDE, Ronald J. Seven theories for seven community developers. In: PHILLIPS, Rhonda. PITTMAN, Robert H. (Org.). *An Introduction to Community Development*. New York: Routledge, 2009.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. PATRIMÔNIO CULTURAL: Sujeito, Memória e Sentido para o Lugar. *Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, v.1, 47-58, 2015.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana*: A cidade na era da globalização. Tradução Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

NÓBREGA, Terezinha. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 13: 141-148, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.16, n. 32, 395-415, nov. 2014.

SMITH, Neil. A gentrificação: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). *De volta à cidade*: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 59-87, 2006.

SOMEKH, Nadia. Um projeto urbano para São Paulo? In: CALDANA, Valter. CAMPAGNER, Larissa (Org.). *Projetos Urbanos em São Paulo*:

oportunidades, experiências e instrumentos. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 161-174, 2011.

ZOÉ, Cafira. ANDREOLLI, Rodrigo. Artistas transdisciplinares; jornalistas. Habitantes do Bixiga — Universidade Antropófaga, Teat(r)o Oficina, Terreyro Coreográfico. *O que está acontecendo no Bixiga-SP? E por que isso me interessa?* Disponível em: <<https://medium.com/@uniantropofaga/o-que-está-acontecendo-no-bixiga-sp-e-por-quê-isso-me-interessa-6698078b515a#.s07vkc0t>> Acesso em: 8 jun. 2016.